

## **A SEXUALIDADE FEMININA E A PSICANÁLISE: ROMPENDO AS AMARRAS DA MORAL SEXUAL CRISTÃ E DO SEXO COMO REPRODUÇÃO.**

Carolina Menegon<sup>1</sup>Enio Waldir da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo foi desenvolvido tendo por objetivo discorrer, inicialmente, como se desenvolveu a dualidade prostituta/mulher-mãe nos séculos XVII e XVIII e como a Igreja, sobretudo a Católica, o Estado e a Medicina serviram, na época, como instrumento repressor da sexualidade feminina, baseando-se em uma abordagem foucaultiana de poder e repressão. Foi dada evidência as diferenças socialmente construídas em relação às mulheres e aos homens no tocante à sexualidade, à fidelidade e à moral-cristã. Na sequência, a sexualidade foi abordada a partir de uma leitura de Joel Birman sobre a teoria psicanalítica de Freud, para, ao final, indicar como a psicanálise contribuiu para o rompimento da ideia de sexo como reprodução e não como desejo. Com a

finalidade de cumprir, portanto, o objetivo proposto, o percurso teórico nesta investigação foi elaborado sob a base lógica do método dedutivo, com uma coleta de dados, sobretudo, bibliográficos.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Mulher. Controle Social. Igreja. Psicanálise.

**Resumen:** El presente estudio se desarrolló con el propósito de considerar, inicialmente, cómo se ha desarrollado la dualidad prostituta / mujer-madre en los siglos XVII y XVIII y cómo la Iglesia, especialmente la Católica, el Estado y la medicina sirvieron, en la época, como un instrumento represivo de la sexualidad femenina, basada en un enfoque foucaultiano del poder y de la represión. Se le ha dado énfasis a las diferencias construidas socialmente en relación a las

<sup>1</sup> Bolsista de Extensão no País do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível C. Mestranda do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Graduada em Direito na mesma instituição. E-mail: [carolina.menegon@bol.com.br](mailto:carolina.menegon@bol.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela UFRGS. Professor da Graduação das áreas de ciências sociais e do Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI. E-mail: [eniowsil@unijui.edu.br](mailto:eniowsil@unijui.edu.br)

mujeres y los hombres con respecto a la sexualidad, la fidelidad y la moral cristiana. En la secuencia, la sexualidad fue abordada desde una lectura de Joel Birman sobre la teoría psicoanalítica de Freud, para, al final indicar cómo el psicoanálisis contribuyó a la interrupción de la idea del sex o como reproducción y no como deseo. Con la finalidad de cumplir con el objetivo propuesto, la trayectoria teórica de esta investigación fue elaborado bajo la justificación del método deductivo, con la recopilación de datos, sobre todo bibliográfica.

**Palavras-clave:** Sexualidad. Mujer. Control Social. Iglesia. Psicoanálisis.

### Introdução

*Dos sete pecados capitais, a Luxúria é o mais terrível, porque é o mais sedutor e porque dela nascem os outros seis ou por ela são eles estimulados. - Marilena Chauí*

A sexualidade é uma dimensão humana e seu conceito é abrangente, pois ela está intimamente ligada à vida, ao amor, à expressão subjetiva da autonomia e da beleza que o próprio ser humano traz em sua originalidade como pessoa. Sua significação tem a ver com os sentidos atribuídos individualmente pelo próprio ser;

marcada, vivida e partilhada com base nos desejos e escolhas afetivas, qualidades e significação existenciais, sociais, estéticas, eróticas, éticas, morais e até espirituais.

A sexualidade, portanto, constitui uma das mais intrigantes dimensões da condição humana, pessoal e social. A sexualidade feminina e as relações sexuais de poder, por sua vez, devido às suas especificidades sociais e históricas, revelam-se objetos ainda mais instigantes de pesquisa.

As sociedades foram construídas a partir de discursos, de regras, de normas e de tradições culturais. Nesse sentido, é por volta do século XVIII que, segundo Foucault (1988, p. 22), nasceu um incentivo político para se falar sobre sexo. Mecanismos foram criados para ordenar e controlar a mortalidade, a natalidade, o estado de saúde e outros. Com isso, o poder público – Estado –, objetivava, entre outras questões, o controle do sexo.

A Igreja, sobretudo a Católica (aliada ao Estado, a Medicina e a Família), serviu, nesse sentido, como instrumento repressor para a sexualidade feminina, na medida em que exercia forte influência nos costumes da época. Os representantes de Deus, padres e vigários, em seus discursos, pregavam a aversão ao sexo por prazer, conseqüentemente negando à mulher a

sexualidade existente. Assim, a moral sexual feminina se constituiu entre o pecado e a indecência. O sexo era permitido para as “mulheres de boa família” apenas como função reprodutora, não sendo sequer permitido o gozo feminino, pois poderia interferir na fertilidade. Por meio do discurso, as instituições supracitadas controlavam, vigiavam e criaram regras e normas que se transformaram em valores a atender seus interesses.

No século XX, porém, com o advento da psicanálise surgiu um novo modelo de sexualidade, divorciada da sua ligação por demais estreita com os órgãos genitais, sendo considerada como uma função corpórea mais abrangente, tendo o prazer como a sua meta e só secundariamente vindo a servir às finalidades de reprodução. Também o movimento feminista, em certa medida inspirado pela teoria freudiana, e os avanços científicos em relação à contracepção influenciaram de maneira significativa para a conquista da autonomia sexual das mulheres.

### **1 A mulher, a sexualidade e a repressão exercida pela Igreja, pelo Estado e pela Medicina**

A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. Ela é aprendida, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. De acordo com Louro (2001, p. 05) muitos consideram que a sexualidade é algo que mulheres e homens possuem "naturalmente". Porém, aceitar essa ideia, significa deixar sem sentido a argumentação a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. Nesse sentido,

a sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2001, p. 06).

No mesmo sentido, Foucault (1988) afirma que a sexualidade é um "dispositivo histórico". Em outras palavras, é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem "verdades", que controlam atitudes. É, portanto, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc).

Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas.

Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural (LOURO, 2001, p. 06).

Segundo Foucault (1988), o sexo tornou-se uma preocupação bastante preeminente, pois compunha o principal ponto de ligação entre duas influências sobre o desenvolvimento corporal: “era um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida das espécies”. Por isso a sexualidade era buscada nos menores detalhes das existências individuais; foi captada no comportamento, perseguida nos sonhos, suspeitou-se de que ela fosse a base das menores loucuras e teve sua trajetória remontada até os primeiros anos da infância. O desdobramento da sexualidade como poder tornou o sexo um mistério, mas também, na opinião de Foucault, transformou o sexo em algo desejável, ao qual precisávamos nos engajar para estabelecer a nossa individualidade.

Partindo, portanto, do pressuposto de que a sexualidade é um dispositivo histórico, pode-se afirmar que para as mulheres, as questões relativas a ela foram construídas historicamente de uma forma extremamente repressiva, sobretudo a partir da modernidade. Para exemplificar a

repressão e deturpação da sexualidade feminina nos últimos dois séculos, Moraes (2004, pg. 498) cita como exemplo uma tese de Medicina defendida em 1915, de autor não referenciado, com o título *Educação Sexual da Mulher*.

Segundo Moraes (2004, p. 499) a tese acima citada é, na verdade, um inventário dos preconceitos e da ignorância a respeito da sexualidade, em especial, da feminina. Entre outros absurdos, o então especialista em Ginecologia e Obstetrícia afirmou na citada tese que à exceção das ninfomaníacas, as mulheres são seres sem exaltação erótica, o que as torna essencialmente e biologicamente monogâmicas. Trocando em miúdos, o médico defendeu em seu estudo que as mulheres normais não possuem apetite sexual, somente as doentes. E, por fim, condena todos os atos sexuais desvinculados da função reprodutiva.

Moraes (2004, p. 499), ao discorrer sobre tais disparates esclareceu que:

primeira operação ideológica era, portanto, afirmar a diferença qualitativa entre libido masculina e feminina: os homens têm “instinto sexual” que precisa ser satisfeito. A solução: prostitutas para satisfazê-los, permitindo que as “outras” possam permanecer puras e intocadas, tal como lhes dita sua “natureza”. Dessexualizando a mulher/mãe/esposa, a sociedade

qualificava o seu desejo sexual feminino como aberração. A segunda operação ideológica, portanto, consistia em negar o espaço da sexualidade à mulher ou comprometê-lo com o fantasma da prostituição. A expressão “perdida” é significativa: só as mulheres se perdem. E a terceira operação da ideologia sexual dominante era a purificação necessária do desejo feminino no altar do amor: “entrego-me por amor”, “pequei por amor”, “perdi-me por amor”. O sexo – em se tratando das mulheres – só se justificava plenamente quando voltado para fins exclusivamente reprodutivos (MORAES, 2004, pg. 499).

Segundo Moraes (2004, pg. 499), nos argumentos reproduzidos pelo referido médico estão condensados muitos dos preconceitos, mitos e tabus nos quais se fundamentaram a repressão sexual e a negação da sexualidade feminina na idade moderna. Nesse sentido, a autora refere que:

Ao reduzir a sexualidade feminina aos objetivos da procriação, sem que os homens estejam sujeitos à mesma lei, cria-se a dupla moral sexual. Em outras palavras, a divisão das mulheres em duas categorias fundamentais: “as mães” – as mulheres com as quais o ato sexual é “puro”, voltado para a procriação (ou a tendo como referência importante) –, e as “prostitutas” – aquelas com as quais é permitido o sexo “sujo”.

De acordo com Rohden (2001, p. 29), no final do século XVIII, enquanto a Revolução Francesa pregava os direitos de igualdade e liberdade, assistia-se a uma intensificação das preocupações, especialmente por parte dos médicos, com a

diferença entre homens e mulheres. A onda de reformas e igualitarismo, longe de provocar também uma revolução nas representações médicas sobre a natureza dos seres humanos, acaba, ao contrário, originando uma reafirmação sem precedentes da sua condição biológica e dos papéis sociais atribuídos a cada sexo.

Nesta época, diversos autores desenvolveram teorias dando conta das diferenças físicas e biológicas entre os sexos. O corpo masculino é quase sempre descrito como superior em relação ao feminino. Além disso, insiste-se na ideia de que as características femininas refletiriam a missão passiva que a natureza reservara à mulher, além de uma predestinação à maternidade. O corpo feminino seria moldado para a gestação e para o nascimento, o que parecia evidente quando se observava sua bacia larga e curva.

Dentre os temas mais tratados pelos médicos, estavam a natureza do útero e dos ovários, a virgindade e a puberdade. Esta passagem para a vida reprodutiva da vida feminina, tão evidenciada pelo aparecimento da menstruação, é tematizada em associação com o medo da masturbação e da ninfomania. Ao mesmo tempo, concebe-se a ideia da frigidez feminina e o consequente entendimento de que o prazer da mulher durante o ato sexual não era

necessário para a procriação. Também se falava de uma suposta fragilidade moral da mulher, mais sujeita aos desgovernos sexuais, à dissimulação, à mentira, ao capricho, e dotada de aptidões intelectuais medíocres (ROHDEN, 2001, p. 29).

Além disso multiplicaram-se os tratados consagrados às doenças femininas, do corpo e da alma a uma só vez, como os vapores, as paixões e a histeria, sempre associadas ao útero. Daí derivaria a ideia de que as doenças das mulheres nada mais seriam do que a expressão mesma de sua natureza. Na medida em que são mulheres, são também doentes e são doentes porque são mulheres. Esse discurso que se fecha em círculos aparece unanimemente nos tratados médicos a partir do século XVIII e especificamente no XIX. Assim como também aparece a surpresa diante das diversas manifestações do que o corpo da mulher é capaz. Nada mais misterioso do que a histeria. Nada mais surpreendente do que toda a sorte de coisas estranhas e monstruosas nascidas do ventre das mulheres. A imagem médica da beleza feminina se confundia com a representação da boa esposa e mãe produtora de muitas crianças. Sua feminilidade se refletiria em um corpo arredondado, voluminoso, com seios generosos, ancas desenvolvidas,

características da maternidade (ROHDEN, 2001, p. 30).

Cumprе salientar, ainda, que, conforme leciona Moraes (2004, pg. 500), as regras morais nas primeiras décadas do século XX eram ditadas, entre outras instituições conservadoras, pela Igreja Católica, que impunha seus preceitos por meio das escolas e púlpitos, pregando casamento indissolúvel e prole numerosa. A moral sexual cristã estigmatizava as mulheres que se separavam do marido e condenava a sexualidade feminina desligada de fins reprodutivos. Assim, disseminava—se e reproduzia-se, sem grandes barreiras, a educação de meninas reprimidas sexualmente, voltadas tão somente para os afazeres domésticos.

De acordo com Birman (1999, p. 62), a tradição do cristianismo radicalizou essa estrutura da feminilidade, na medida em que identificou a figura da mulher com a experiência do pecado, baseando-se para isso no mito da sedução de Adão por Eva. Entretanto, nesse ocultamento do pecado, a mulher era delineada também como a figuração do imperfeito, sendo o homem a representação da perfeição.

Essa concepção das mulheres como esposas e mães que prevaleceu (e de certa forma ainda prevalece) na Igreja estabelecia um lugar e um papel social,

político e simbólico diferenciado e hierarquizado para mulheres e homens. Não apenas formava a base de sustentação do poder eclesiástico, hierárquico e masculino, mas também fundamentava um modelo de relação entre os sexos, independente das vontades individuais porque referida a uma “ordem natural” dada por Deus, fundada na biologia, imutável. Estabeleceram-se, assim, os parâmetros de relações familiares, em que a autoridade é hierárquica era patriarcal.

Se esses traços delinearam a figura da mulher e a marcaram com as sombras da periculosidade durante séculos, desde a prosa inaugural da tradição bíblica e do cristianismo, é preciso recordar aqui que, desde o século XVIII, também se forjou um conjunto de discursos — médico, filosófico e moral — que pretendiam delinear uma diferença de essência/de natureza entre o masculino e o feminino. Antes disso não havia absolutamente uma fronteira essencial entre as figuras do homem e da mulher, pois desde Galeno, no início da era cristã, a mulher era considerada como um homem imperfeito, a quem faltava calor suficiente para ser homem. Nesse discurso não havia, pois, o enunciado que estabelecesse a existência de uma diferença sexual, na medida em que existiria um contínuo entre o ser homem e o ser mulher,

na inexistência de essências absolutas que estabelecessem a descontinuidade entre os sexos (BIRMAN, 1999, p. 85-86).

## **2 A dualidade prostituta x mulher mãe**

Apenas no século XVIII um discurso da diferença sexual se constituiu, na medida em que, com o advento da ideia igualdade – estabelecida nas revoluções francesa e americana –, uma diferença de essência foi instituída para justificar a alocação diversa das figuras masculina e feminina nos espaços público e privado propriamente ditos. Foi aqui que se constituíram propriamente diferentes discursos para fundamentar essa diferença, nos registros anatômico e fisiológico, que procuravam fundar uma psicologia diferencial entre os sexos (BIRMAN, 1999, p. 87).

Aliás, essa ênfase na definição da diferença sexual e na especificidade feminina associada à maternidade tem sido percebida por alguns autores como um fenômeno claramente identificável em torno do fim do século XVIII e começo do século XIX. É o momento em que o sexo passaria a ser cada vez mais tematizado pelos cientistas, especialmente os médicos. E quando se falava em sexo, tratava-se particularmente do sexo feminino.

Segundo Michel Foucault (1988), é no século XIX que a construção social em torno do sexo feminino ganha importância, em contraste com o século XVIII, quando se falava muito mais do século masculino. Enquanto no século XVIII a disciplina do sexo incidia preferencialmente nos colégios de meninos e escolas militares, no século seguinte é a mulher que passa a adquirir maior importância médico-social, sobretudo em função dos problemas ligados à maternidade, ao aleitamento, à masturbação.

Contudo, em que pese esse período tenha sido de enormes avanços em termos de direitos políticos e civis, as mulheres ficaram à margem destas conquistas e em termos de sexualidade, restaram ainda mais estigmatizadas, uma vez que, nesse contexto, o traço da sedução feminina foi negativizado, pois a figura da mulher foi construída em torno do ideal da maternidade. Com isso, ser mãe e ser mulher constituíam seres diferentes, pois a figura da mulher era o oposto da figura da mãe. A sensualidade presente no gozo feminino passou a ser encarada como um obstáculo à assunção da maternidade e à experiência da gestação, contrariando uma fórmula prevalecente na Antiguidade e no Renascimento, em que o gozo feminino era uma operação fundamental para a

instauração da fecundação. Portanto, a partir do século XVIII, para ser mãe, a figura da mulher teria que perder os atributos da feminilidade (BIRMAN, 1999, p. 87).

Segundo Badinter (1985, p. 145), é no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Alguns, mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil.

Igualmente nova é a associação das duas palavras, "amor" e "materno", que

significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade... Se outrora insistia-se tanto no valor da autoridade paterna, é que importava antes de tudo formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse fim do século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que pessoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. O novo imperativo é, portanto, a sobrevivência das crianças (BADINTER, 1985, p. 146).

E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, a do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade.

Sendo considerada, pois, como um atributo negativo e incompatível com a figura da maternidade, a sensualidade feminina teria de ser ortopedicamente

disciplinada para que a mulher pudesse aceder à condição materna. As práticas educativas ao longo do século XIX visavam a extirpar o que havia de feminilidade na mulher, restringindo o excesso feminino para que a figura da mãe pudesse ser harmônica com a da esposa casta e fiel. Com isso, a mulher sensual que mantivesse ainda o atributo feminino da sedução e do erotismo passou a ser considerada como perigosa, matéria-prima por excelência da figura da prostituta. Enquanto representação máxima e eloquente da sensualidade e do feminino, ela seria o oposto da figura da mãe e da devoção ao outro, marcada que seria para sempre pelos traços do egoísmo, da infidelidade e da ausência de castidade.

De acordo com Birman (1999, p. 88), a prostituta era considerada:

[...] a materialização da inexistência de qualquer decência na mulher, a indecência feita carne, indicando pois a decadência feminina por excelência, na medida mesma em que a maternidade estaria ausente do seu horizonte existencial. Contudo, nessa condição decaída e estigmatizada no seu ser, a prostituta passou a se inscrever numa função social precisa e muito bem delineada, ou seja, começou a ser considerada como a reserva de gozo do mercado sexual, aquela que poderia oferecer ao macho a centelha de paixão e de erotismo que inexistiam no universo doméstico do lar. Para tal, seria preciso disciplinar a prostituição enquanto prática social, de maneira a tornar exequível e dominada a sua natureza perigosa.

Necessário seria, pois, esvaziar a figura da prostituta do seu potencial de dano, colocando-a num lugar social bastante circunscrito.

A medicalização da prostituição, mediante medidas sanitárias bem precisas, visava a tornar a figura da prostituta compatível com a sua função social, esvaziando-a de sua periculosidade essencial. Assim, alocando-as em quarteirões preestabelecidos no espaço social e submetendo-as ao controle médico regular para impedir as doenças venéreas, as prostitutas podiam satisfazer a volúpia e os instintos masculinos, interdita que era esta no espaço privado da família, sem colocar em perigo a ordem social. Durante todo o século XIX, a saúde pública e a medicina social empreenderam enormes esforços para harmonizar a figura da prostituta com a sua função social bem precisa, de maneira tal que aquela não pudesse ser uma ameaça para a ordem familiar. (BIRMAN, 1999, p. 88)

Portanto, ao longo do século XIX, a medicalização dos corpos no espaço social teve dois alvos privilegiados, no que concerne ao corpo feminino. Antes de mais nada, produzir a figura da mãe pela extração sistemática da feminilidade do corpo da mulher, de forma a torná-la compatível com a função terna da maternidade. Em contrapartida, como decorrência da

existência de naturezas femininas rebeldes, que se contrapunham à extração de sua sensualidade e de seu erotismo, impõe-se a construção da personagem prostituta. Esta poderia oferecer ao homem aquilo que ele não encontraria no espaço da família. Além disso, construir a figura da prostituta como horizonte possível para acolher o gozo masculino seria também a condição concreta de possibilidade para a produção da figura da mulher enquanto mãe. Vale dizer, a figura da prostituta seria a condição necessária para a produção da figura da maternidade, sem a qual esta seria algo da ordem do impossível.

Para Birman (1999, p. 88), “não obstante a descontinuidade existente entre essas duas figuras e a sua enunciação como sendo literalmente os opostos na representação social, a mãe e a prostituta são as duas faces da mesma moeda”, a dupla face da mesma mundanidade construída sistematicamente ao longo do século XIX pela mediação da medicina, da pedagogia e da moral.

Além disso, a figura da prostituta, enquanto representante da sensualidade, do erotismo e da sedução feminina, anuncia uma outra figura da mulher que tomou corpo ao longo do todo o século XX até os nossos dias. Com efeito, a prostituição da feminilidade da mulher, como contrapartida

no campo social para a reserva masculina do gozo no cenário familiar, foi a condição concreta de possibilidade para a construção da figura da mulher-objeto que obcecou o nosso imaginário ao longo deste século. Assim, tanto nas relações amorosa e sexual, quanto no universo da publicidade, do cinema e do marketing, a mulher-objeto se transformou no fetiche da feminilidade decaída e na sua derivação preferencial no espaço público:

Pela mediação dessa figuração fetichizada, na qual as coxas, as ancas, os seios e a vagina foram explorados até limites inimagináveis, de maneira sistemática,<sup>16</sup> o capital explorou minuciosamente a carne feminina gozante para aumentar ao máximo a sua mais-valia às custas da menos-valia feminina. Com isso, poderia vender as suas mercadorias industrializadas, para as mulheres sequiosas do que era ser feminino e para os homens ardentes de volúpia, mediante o esquitejamento estetizante do corpo feminino. (BIRMAN, 1999, p. 89)

Enquanto mulher-objeto, a feminilidade decaída foi explorada ao máximo como objeto do desejo. Contudo, trata-se agora de um desejo permeado pela gula infinita do capital, que extrai a sua mais-valia pela devastação obscena daquilo que promete como delícia na carnalidade feminina. Enfim, de acordo com Birman (1999, p. 89) “a mulher- coxa, a fêmea-seio, as ancas-mulher e a buceta-puta se transformaram em signos inesquecíveis da

modernidade, em que a feminilidade foi extraída até a sua seiva pela voracidade desmedida de mais-valia do capital”.

Portanto, a única possibilidade existente para a sexualidade da mulher, no imaginário social do século XIX, era a sua figuração como prostituta, já que como signo do perigo para as ordens familiar e social a prostituta se contrapunha *ipsis litteris* à figura da mulher-mãe. Enquanto representação da sensualidade, a figura da puta fascinava o apetite lascivo do homem-marido, que poderia encontrar nela a reserva de delícias e de gozo, interditados que estes eram para a mulher burguesa marcada pela “moral civilizada dos tempos modernos”. (BIRMAN, 1999, p. 90)

Segundo Birman (1999, p. 92), por muito tempo a sedução e a sensualidade foram encaradas de maneira pejorativa, justamente porque eram associadas às virtudes do macho que procurava capturar a mulher virginal/angelical. Por isso, a sedução feminina era registrada como uma marca virilizada no ser da mulher. Logo, as mulheres que a exerciam eram encaradas decididamente como vulgares e prostituídas, traços insofismáveis de sua natureza feminina decaída, considerados que eram como exceções nos seus excessos passionais.

Porém, na contemporaneidade, com o advento da psicanálise e da luta das mulheres pelos seus direitos a partir dos movimentos feministas – estes, iniciados de forma tênue no século XIX, tendo se expandido progressivamente no século atual, atingindo o seu apogeu nos anos 60 e 70 – todas essas marcas negativas da sedução, sejam elas da ordem da masculinidade ou da prostituição, foram paulatinamente sendo decantadas, produzindo uma alquimia crucial no metabolismo erótico do ser da mulher. Se a feminilidade estava anteriormente identificada com o ser masculino e com o ser prostituído, isso se colocava na medida em que a figura da mulher estava construída em torno do atributo da maternidade desde a virada do século XVIII para o XIX. Contudo, a partir de Freud, como será posteriormente abordado em tópico específico, o desejo feminino pôde ser admitido positivamente sem ser identificado com o a masculinidade, a falicidade ou a prostituição. Com isso, o desejo feminino pode passar a existir, fazer-se verdade. Ultrapassando a sua condição de nada, ao atingir a existência e o reconhecimento pleno, de fato e de direito, o desejo da mulher pôde ser reconhecido na sua pureza, em identidade de condições

com o desejo masculino (BIRMAN, 1999, p. 93).

A partir da psicanálise, o desejo feminino passou a ocupar um lugar respeitado no campo social, exorcizando, pois, os fantasmas da virilidade e da prostituição, que macularam antes o ser da mulher. Segundo Birman, (1999, p. 94):

Isso não quer dizer, contudo, que o desejo da mulher assim esboçado repudie a maternidade e a transforme num objeto de horror. Não se trata disso, seguramente. Não é isso o que podemos perceber no campo social da atualidade. O que está em pauta é a positividade do puro desejo na mulher, que pode se desdobrar ou não no ser da maternidade. Com isso, ser mãe não é a condição *sine qua non* para ser uma verdadeira mulher, o traço definidor de sua identidade sublime. Isso é indecível, pois depende do desejo das diferentes singularidades femininas arroladas. Dessa maneira, o ser femininamente mulher não passa mais agora pelo ranço obscuro da obrigatoriedade e da impossibilidade de ser mulher, sem que esta sofra as penas, dores e delícias da maternidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que ocorreram mudanças substanciais na forma de encarar a sexualidade feminina. Para Birman (1999, p. 196), diante da submissão quase eterna da figura da mulher à do homem, “que se naturalizou a tal ponto que se perdeu a memória de seus começos, foi necessária uma longa marcha, para me referir ao título de um livro de Simone de Beauvoir sobre a Revolução Chinesa”. Essa

longa marcha se identifica, pois, vale dizer, a oposição da figura da mulher à coerção machista se instaurou também na modernidade, quando a história da opressão feminina sofreu, felizmente, uma inflexão crucial.

### **3 A psicanálise e a sexualidade como desejo**

A sexualidade foi uma das categorias mais abordadas e aprofundadas por Freud (conhecido como “pai da psicanálise”) durante seu percurso teórico. Não bastasse, a teoria psicanalítica influenciou de maneira significativa no processo de emancipação das mulheres em relação à moral cristã e a ideia de sexo como função meramente reprodutora. Para Áran (2009, p. 653), de todos os elementos da teoria psicanalítica, a questão da sexualidade e da diferença sexual é provavelmente aquele que mais sofreu modificações ao longo da obra freudiana. Embora o papel preponderante da sexualidade tivesse sido reconhecido por Freud desde a década de 90 do século XIX, com a teoria do trauma e da sedução, a elaboração teórica desse conceito sempre foi extremamente complexa.

Para Birman (1999, p 17), “o lugar conferido à sexualidade na constituição do

sujeito é um dos traços marcantes do discurso psicanalítico”, uma vez que a psicanálise foi identificada com o sexual desde as suas origens. Ainda, segundo o autor, a noção de complexidade perpassa o conceito de sexualidade, uma vez que para o discurso freudiano ela não possui um sentido unívoco (universal/único), mas uma multiplicidade de significados.<sup>3</sup> “O sexual seria marcado pela polissemia, não podendo, pois, enquanto palavra e conceito, ser reduzido a um campo restrito de referentes”. No entanto, as diferentes modalidades de sexologia, por muito tempo, se reduziram sempre a um discurso biológico sobre o comportamento sexual, sobre o qual considerações de ordem psicológica e sociológica poderiam costurar-se, apenas como adendo. De acordo com Birman (1999, p. 19):

As sexologias seriam então, fundamentalmente, discursos biológicos sobre a sexualidade, que se transmutam imediatamente em ciências do comportamento sexual. Vale dizer, as invariantes destacadas sobre os padrões sexuais se transformam insensivelmente em fundamentos das normas sociais sobre a sexualidade. Em consequência disso, as sexologias são sempre normativas, caucionando pois, em

última instância, as normas existentes sobre o sexual.

De acordo com Birman (1999, p. 20), a psicanálise, na sua constituição, teve que romper com a sexologia existente no Ocidente, na segunda metade do século XIX – formulada por Kraft-Ebing –, conforme a qual a sexualidade se definiria pela finalidade de reprodução da espécie, sendo essa a sua função *sine qua non*. Enquanto instintiva, a sexualidade foi concebida como tendo um único objeto. Este seria pré-fixado por natureza, não admitindo pois qualquer variação possível no registro biológico. A genitalidade de um outro sexo seria para o sujeito o único objeto erótico possível na medida em que seria aquilo que poderia despertar o apetite para a conjugação sexual e possibilitar então a finalidade maior da reprodução da espécie. Todos os demais atributos desde sempre reconhecidos como sexuais, tais como o gozo e o prazer, estariam subsumidos à exigência primordial da reprodução biológica. Em contrapartida, todas as demais formas de exercício da sexualidade que não visassem à reprodução da espécie eram consideradas como

<sup>3</sup> Para Birman (1999, p. 31), afirmar que a sexualidade é polimorfa implica enunciar que ela tem diversas formas de existência e de apresentação, se materializando pois em diferentes modalidades de ser. Isso supõe, é óbvio, a crítica de que existiria apenas uma forma de existência do sexual. Nessa

insistência no múltiplo contra a unidade, evidencia-se a crítica freudiana da concepção vigente no século XIX, formalizada pela sexologia, de que a sexualidade teria a finalidade única de reprodução da espécie.

modalidades de perversão. No final do século XIX, estas eram referidas por termos que as aproximavam do imaginário da monstruosidade, tal como, por exemplo, pela palavra “aberração sexual”. Nesse sentido, Birman (1999, p. 20) afirma que:

É preciso evocar que a sexologia de Kraft-Ebing transformou em postulados científicos uma série de interditos e de normas sobre a sexualidade que se constituíram no Ocidente desde o cristianismo. Com efeito, o imperativo ético de que o erotismo deveria ser regulado pela exigência da reprodução da espécie e dos ideais do amor familiar foi estabelecido na nossa tradição pela religião cristã. Com isso, o prazer e o gozo humanos foram desqualificados e esvaziados no seu valor em face das exigências maiores da cristandade. Por essa operação, o sexual foi identificado com a ideia de pecado, de maneira tal que o gozo se identificou com as práticas diabólicas desde a Idade Média. Nessa época de trevas, o sexual em chamas foi lançado literalmente nas fogueiras virtuosas, nas quais as bruxas foram queimadas em carne viva em grandes suplícios públicos. Enfim, foi a equação construída entre erotismo e pecado, cristalizada pelo imaginário do cristianismo, que a sexologia sacralizou como suposto objeto da ciência.

Foi justamente essa equação diabólica que foi rompida pela psicanálise, na medida em que esta definiu a sexualidade pelos atributos do prazer e do gozo. A reprodução biológica pode até ser uma decorrência do sexual, sem dúvida, mas a sua existência não é nem imediata nem tampouco automática. Com isso, a

psicanálise problematizou a exigência reprodutiva da sexualidade, ao definir esta primordialmente pelo erotismo (BIRMAN, 1999, p. 40).

Dessa forma, portanto, o discurso freudiano realizou a desconstrução da sexologia ao desvincular a sexualidade da lógica da reprodução biológica. Assim, não seria essa a finalidade do erotismo, que se realizaria por diferentes modalidades de economias do sexual. Ao colocar a pulsão na base da experiência erótica, Freud enunciou ainda a possibilidade de que a satisfação pudesse se realizar pela mediação de diferentes objetos, que não seriam absolutamente redutíveis ao registro da genitalidade. Dessa maneira, a reprodução não seria a razão de ser da sexualidade. Nesse sentido, ao desvincular a sexualidade de sua função meramente reprodutiva, Freud contribuiu de maneira significativa para libertar as mulheres das amarras do controle social sobre a sua sexualidade (BIRMAN, 1999, p. 45).

Vale dizer, o que se impõe como enigmático na atualidade não é mais o enigma da feminilidade ou da masculinidade, mas tão-somente o enigma da diferença sexual. É a captação daquilo que funda a diferença entre os sexos que se apresenta agora como algo enigmático, impondo-se, então, igualmente para homens

e mulheres. Assim, se Freud pôde se aperceber tardiamente de que ninguém nasce mulher, que essa condição não é fundada na ordem da natureza, mas que é produzida pelas demandas de uma história, sendo, pois, da ordem do devir, ele acreditava ainda em contrapartida na evidência da condição masculina.

Por isso, pôde genialmente dizer que existiria um tornar-se mulher, enfatizando então a dimensão da sua produção. Entretanto, esqueceu-se de dizer de maneira marota e interessada, herdeiro nisso de uma longa tradição imemorial, que existiria também um tornar-se homem, pois, como a mulher, ele não é da ordem da natureza e da evidência, mas da ordem do vir-a-ser e da produção. Enfim, o que se enuncia, pois, como questão crucial agora é a indagação crescente sobre o enigma da diferença sexual (BIRMAN, 1999, p. 77).

### **Conclusão**

A concepção das mulheres que a Igreja, o Estado e a Medicina propuseram ao longo dos séculos XVII e XVIII, vinculada definitivamente à realização real ou espiritual da maternidade, definiu-as como seres para outros. No entanto, as características atribuídas a uma suposta natureza feminina, sensibilidade,

delicadeza, capacidade de doar-se e de perdoar, numa escala que vai sempre delas para alguém, contrapõem-se frontalmente à afirmação do desejo de ser para si mesma que as mulheres expressam, ou seja, vai contra a sua individualidade.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal.

No entanto, o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão

do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam.

Quando essas mulheres reconhecem seu direito a uma realização pessoal que não passa pela “doação aos outros”, mas pela busca de uma felicidade referida a si mesmas, elas se contrapõem ao modelo cristão que define o bem e o mal. Recusam o gozo postergado, resultado do sacrifício assumido como passagem obrigatória. Houve, portanto, uma importante revolução social no campo da sexualidade das mulheres, na medida em que passou-se a reivindicar o sexo e a reprodução como do campo dos direitos, e, portanto, da política, retirando-os do lugar da obediência às leis da natureza dadas por Deus – e controladas pelas normas morais eclesiásticas – para colocá-los no campo da realização da liberdade individual. A maternidade, *locus* tradicional da definição do que seja a essência feminina, torna-se objeto de escolha, de decisão individual, deixando de ser o destino real ou simbólico de todas as mulheres.

Os prazeres da cama sem propósitos reprodutivos são indicadores

maiores da revolução em curso, desse processo secularizador radical em que o prazer sexual passa a ser gozado por corpos seculares autonomizados do dever de procriar. Essa revolução que significa a autonomia dos sujeitos em relação à própria vida contrapõe-se às tentativas de controle pela Igreja dos corpos e dos sexos, fazendo seu discurso sofrer uma crise de plausibilidade sem precedentes.

Nesse sentido, ao desvincular a função reprodutora da sexualidade, a psicanálise, - aliada à liberalização da contracepção nos anos 1960 e 1970 e aos movimentos feministas - contribuiu de forma expressiva para o reconhecimento da autonomia dos indivíduos – em especial “das indivíduos” – na condução de sua vida afetiva e sexual. Agora, o sexo (também para as mulheres) está relacionado com o prazer e com o desejo e não apenas com a maternidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁRAN, Márcia. **A psicanálise e o dispositivo da diferença sexual**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 653-673, setembro-dezembro/2009

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

**Data de Recebimento:** 02/10/2015

**Data de Aceitação:** 09/12/2015

BIRMAN, Joel. **Cartografias do Feminino.** São Paulo: Editora 34, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual:** essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). et al. **O Corpo Educado:** Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) et al. **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2004.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.